

Mulheres no espaço político

Afinidades e discrepâncias em postagens no Twitter¹

Mujeres en el espacio político

Afinidades y discrepancias en las publicaciones de Twitter

Women in the political arena

Affinities and discrepancies in Twitter posts

DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2022.17.2.3133>

► DELCIA DE MATTOS VIDAL

delciavi@unb.br - Universidade de Brasília, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8267-6279>

► DANIELLE SIQUEIRA DE SOUZA

siqueirasdani@gmail.com - Universidade de Brasília, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9968-6580>

CÓMO CITAR: Mattos Vidal, D. M. & Siqueira de Souza, D. (2022). Mulheres no espaço político: afinidades e discrepâncias em postagens no Twitter. *InMediaciones de la Comunicación*, 17(2), 23-49. DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2022.17.2.3133>

Fecha de recepción: 1 de febrero de 2022

Fecha de aceptación: 16 de junio de 2022

RESUMO

Este artigo analisa as afinidades e discrepâncias entre as postagens de Gleisi no Twitter Hoffmann e Joice Hasselmann, deputadas federais brasileiras

pertencentes a diferentes partidos políticos, e os comentários recebidos com o objetivo de observar a construção de diálogos, a abertura de debates e o modelo de ocupação das redes sociais como instrumentos na busca de promoção e proposição de novas agendas públicas. Foram analisados 2.866 comentários emitidos entre 2018 e 2020, todos referentes a 24 intervenções de Hoffmann e Hasselmann em que fazem alusão a diferentes questões políticas e expõem questões de gênero e discurso de ódio por parte dos usuários selecionados para a amostra. Por meio da análise de conteúdo, identificou-se que as deputadas receberam comentários agressivos devido às posições políticas expressas, mas também por motivos pessoais. Assim, verificou-se que poucos comentários estavam diretamente relacionados ao conteúdo dos tweets, o que nos leva a refletir sobre as restrições desse espaço de interação política na construção de debates públicos democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: *Twitter, Gleisi Hoffmann, Joice Hasselmann, discurso de ódio, questões de gênero.*

RESUMEN

Este artículo analiza las afinidades y discrepancias entre las publicaciones en Twitter de Gleisi Hoffmann y Joice Hasselmann, diputadas federales brasileñas pertenecientes a diferentes partidos políticos –el Partido de los Trabajadores (PT) y Partido Social Liberal

¹ Este artigo retoma parte do trabalho apresentado por Danielle Siqueira De Souza para obtenção do título de bacharel no curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília (Brasil). Orientadora: Dra. Delcia Maria de Mattos Vidal. Dezembro de 2020.

(PSL), respectivamente-. Asimismo, tiene en cuenta los comentarios recibidos con el objetivo de observar la construcción de diálogos, la apertura de debates y el modelo de ocupación de las redes sociales en tanto instrumentos en la búsqueda de la promoción política y la proposición de temas públicos. Se analizaron 2.866 comentarios emitidos entre 2018 y 2020, todos ellos referidos a 24 intervenciones de Hoffmann y Hasselmann, en las cuales aluden a diferentes agendas políticas y se exponen cuestiones de género y la incitación al odio por parte de los usuarios seleccionados para la muestra. A través del análisis de contenido, se identificó que las diputadas recibieron comentarios agresivos por los posicionamientos políticos expresados, pero también por razones personales. Se comprobó que pocos comentarios estaban directamente relacionados con el contenido de los tuits, lo que lleva a reflexionar acerca de las restricciones de ese espacio de interacción política en la construcción de debates públicos democráticos.

PALABRAS CLAVE: *Twitter, Gleisi Hoffmann, Joice Hasselmann, discurso de odio, cuestiones de género.*

ABSTRACT

This article analyzes the affinities and discrepancies between the Twitter posts of Gleisi Hoffmann and Joice Hasselmann, Brazilian federal deputies belonging to different political parties, and the comments received with the aim of observing the construction of dialogues, the opening of debates and the model of occupation of social networks as instruments in the search for promotion and the proposal of new public agendas. 2,866 comments issued between 2018 and 2020 were analyzed, all of them referring to 24 interventions by Hoffmann and Hasselmann in which they refer to different political topics and expose gender issues and hate speech by the users selected for the sample. Through content analysis, it was identified that the deputies received aggressive comments due to the political positions expressed, but also for personal reasons. Therefore, it was found that few comments were directly related to the content of the tweets, which leads us to reflect on the restrictions of this space for political interaction in the construction of democratic public debates.

KEYWORDS: *Twitter, Gleisi Hoffmann, Joice Hasselmann, hate speech, gender issues.*

1. INTRODUÇÃO

São várias as hipóteses que levam à baixa participação feminina na política, uma delas está relacionada com a forma como os processos democráticos são concebidos em cada país. A primeira prefeita da América do Sul foi brasileira, em 1929, e a primeira mulher no Congresso Nacional brasileiro foi eleita em 1934. Desde 1997, no Brasil, 30% das candidaturas ao Poder Legislativo devem ser reservadas para mulheres. Apesar disso, apenas 77 das 513 cadeiras na Câmara dos Deputados são atualmente ocupadas por mulheres e dos 81 senadores, somente 12 são mulheres. Além da baixa visibilidade que esse grupo tende a receber, ainda existem questões culturais e psicológicas que afastam as mulheres dos espaços políticos, exigindo que elas se esforcem mais para ocupar cargos públicos de relevância e notoriedade. Conforme dados apresentados pelo Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV, 2020), em um ranking que avalia a atuação feminina em parlamentos, o Brasil ocupa a diminuta posição de número 156, entre 190 países. Olhando apenas na América Latina, segundo a pesquisa realizada pela ONU Mulheres (2020) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com os países adeptos ao Projeto ATENEA (2019), o Brasil é o 9º colocado no Índice de Paridade Política (IPP). México (IPP: 66,2%), Bolívia (IPP: 64%), Peru (IPP: 60,1%) e Colômbia (IPP: 54%) são os únicos países cuja participação feminina na política é superior aos 50%.

Em uma democracia representativa, a comunicação com os eleitores é fundamental para apresentar uma boa imagem e angariar votos. “As pessoas selecionam seus governantes, mas não são responsáveis diretas pelas decisões tomadas por eles” (Martins & Holzbach, 2011, p. 6). Assim, da mesma forma que a comunicação direta com o público aproxima, também é nesse espaço em que se manifestam as insatisfações, as cobranças, o arrependimento do voto e as ameaças de não mais reeleger tal candidato.

O Twitter é uma mídia social digital bastante popular no meio político, por essa razão, foi selecionada para análise e exploração do conteúdo. Essa ferramenta tem sido utilizada para conquistar a opinião pública e fortalecer a imagem dos políticos ante os eleitores, proporcionando um espaço para figuras públicas se aproximarem de seu público online. Para políticos, a plataforma serve como palanque de suas propostas e ações, para estimular debates e também receber críticas. E no meio dessas críticas, é comum encontrar discussões não politizadas, sendo protagonizadas por autoridades públicas ou pelos demais usuários da plataforma com comentários ofensivos.

Pensando nisso, este artigo tem como objetivo principal analisar as afinidades e discrepâncias entre os conteúdos publicados em perfis oficiais de parlamentares no Twitter e os comentários recebidos. A escolha foi por analisar as contas de Gleisi Hoffmann, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores

(PT) e opositora do governo federal eleito em 2018, e Joice Hasselmann, deputada federal pelo Partido Social Liberal (PSL) que chegou a ser representante do governo na Câmara. Ambas possuem grande relevância dentro de seus partidos e, neste trabalho, a questão político-ideológica envolvendo as siglas e suas representações não foram consideradas. A análise parte do pressuposto que alguns temas geram mais comentários com discurso de ódio do que outros, sugerindo a presença de usuários com diferentes afinidades com as deputadas.

Este trabalho também se propõe: a analisar o que falam e como falam; e a identificar discurso de ódio e questões de gênero envolvidos nestes comentários e publicações. Vale destacar que para efeito deste trabalho, os comentários considerados envolvendo questão de gênero se referem a publicações que contenham ofensas relacionadas à aparência física, à sexualidade, à atribuição de papéis relativos ao gênero, além de expressões que tentam desqualificar o gênero com uso de palavras de baixo calão. A análise compreendeu o período de 2018 a 2020, de forma aleatória. Os primeiros tweets antecedem o 2º turno das eleições em 2018 e os últimos correspondem a setembro de 2020.

Com a aleatoriedade, foi possível analisar postagens com diferentes temáticas, categorizá-las, e identificar se os comentários efetuados dentro desse universo têm ou não relação com o conteúdo publicado. No total, foram selecionados 24 tweets, 12 para cada deputada, e analisados 2.866 comentários, depois o montante foi reduzido para 10 publicações principais, 5 para cada perfil, totalizando 1.465 manifestações de usuários da rede.

Completa este estudo, os conceitos de Recuero (2013), Aggio (2015), Martins (x) e Holzbach (2011), no que diz respeito ao uso de redes sociais digitais, do Twitter e o papel de políticos e eleitores nessa plataforma. A utilização dessas ferramentas na comunicação política é vista dentro dos preceitos de Matos, Dourado e Mesquita (2017). Para discurso de ódio, é efetuada uma breve passagem pelas definições de Braga (2018), Amaral e Coimbra (2015), e Freitas e Castro (2013), entendendo principalmente o “universo *hater*” dentro das mídias sociais digitais. As questões de gênero são analisadas sob as perspectivas de Scott (1995), Carloto (2001), Freire Filho (2013) e Buttler (2003). O embasamento teórico metodológico para a análise de conteúdo das postagens está fundamentado em Bardin (2016), no que diz respeito à categorização da amostragem, segundo critérios estabelecidos anteriormente. Para esse artigo, as postagens foram escolhidas aleatoriamente dentro do período de tempo e separadas em temáticas. Os comentários foram divididos entre mais favoráveis, desfavoráveis ou descontextualizados para análise. A revisão bibliográfica que contempla este estudo é baseada em Stumpf (2017), permitindo a contextualização e análise fundamentada dos achados.

2. IMPACTO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Na publicação *Uma assessoria de imprensa responsável na era digital*, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (2012) indica que “as páginas na Internet, as mídias sociais e a tecnologia móvel têm grande potencial para intensificar a comunicação entre governos, jornalistas e cidadãos”, pois “permitem esclarecer informações, lidar com rumores e combater boatos e informações equivocadas” (p. 51). Acrescenta, ainda, que “os governos podem divulgar informações, fotos e vídeos diretamente ao público sem passar pelo filtro da imprensa” (Ibid.). Do mesmo modo, as redes sociais digitais auxiliam na coleta da opinião dos cidadãos e obtenção de sugestões sobre os programas de forma direta. Nessa obra, uma das responsáveis pela comunicação da Casa Branca no governo Obama, afirma que a comunicação não pode se isolar em uma única mídia não se deve optar por uma ou outra mídia porque eliminar um dos formatos pode contribuir para que a população seja excluída da conversa política. O que se defende é um processo cumulativo de informações, sem exclusão também da imprensa convencional.

Mas o que acontece nas redes não necessariamente permanece nelas. Para Aggio (2015), fenômenos como a Primavera Árabe e as manifestações no Brasil em junho de 2013 provavelmente não teriam a mesma organização, proporção e aderência sem o uso das redes sociais, mesmo que não existam estudos comprovando a relação causal entre esses fatores. Mais um motivo para despertar o interesse de políticos em marcar presença nas redes e transformar seus seguidores em apoiadores e eleitores, mesmo que também abra oportunidade para o surgimento de críticas e cobranças da população.

Neste artigo, a presença de políticos nas redes sociais está contextualizada no âmbito da Comunicação Política, com atividades voltadas para alcance de objetivos eleitorais ou aprovação da opinião pública.

As redes sociais digitais tornam mais plural e complexo o desenvolvimento de estratégias de comunicação política. Isso porque nos ambientes digitais a informação é não só consumida, mas produzida por diferentes atores, sejam estes individuais (militantes, ativistas, adversários ou aliados políticos) ou institucionalizados (veículos tradicionais de comunicação, mídia independente, dentre outros). É no espaço online que atores políticos buscam, cada vez mais, demarcar posicionamento, esclarecer polêmicas, prestar contas ao eleitorado, divulgar agenda política, promessas ou realizações não apenas com o objetivo de se fazer presente, mas para se aproximar do eleitor, ampliar a visibilidade, detectar os rumores do tema em pauta do momento e até participar ativamente do debate político na arena digital (Matos, Dourado & Mesquita, 2017, p. 61).

Assim, chega-se a um modelo de comunicação política mais direta, mais participativa e democrática, ampliando o espaço público. Seja na visibilidade dos políticos e de suas ações, seja no realce da opinião positiva ou negativa dos cidadãos.

2.1. Twitter

Conforme dados do Global Digital Report 2019 (We Are Social, 2020), o Twitter é uma mídia social online que tem 250 milhões de usuários, sendo 8.570.000 brasileiros. Essa quantidade coloca o Brasil como o sexto país que mais utiliza a plataforma no mundo.

O Twitter, com sua proposta de comunicação simplificada e rápida, atrai figuras públicas que querem se posicionar ou trazer temas para o debate, proporcionando grande alcance e até mesmo viralização (quando o conteúdo se torna “viral”, espalhando-se rapidamente entre os usuários). Outra funcionalidade interessante da plataforma é o *assuntos do momento*, conhecidos também por *rending topics*.

Há alguns anos, teóricos da comunicação vêm estudando a relevância do Twitter na política, porque “o Twitter se tornou, como nenhum outro canal de comunicação massivo, uma esfera pública em que agentes da política e atores sociais que gozam de diferentes status públicos tornam-se mais abertos à troca de informações e debates entre si” (Aggio, 2015, p. 62).

Também já foi destacado o papel dos eleitores desses políticos na troca comunicacional dentro da plataforma: “Os milhares de comentários feitos pela audiência no Twitter em relação à política são essenciais para compreensão do papel de um dos principais elementos das democracias representativas: o próprio eleitor” (Martins & Holzbach, 2011, p. 2).

Em relação aos comentários trocados entre políticos e os demais usuários da plataforma, Aggio (2015) vê de forma positiva: “Essa dinâmica de exposição de manifestações que se originam a partir de interações discursivas entre diferentes perfis é determinante para situar o Twitter como um *social media*² singular para o debate público” (p. 63). Na prática, porém, nem toda interação é positiva, dando espaço para discursos providos de ódio.

2.2. Discurso de ódio na Internet

De acordo com a Costa (2018), “a liberdade de expressão ganhou importância e tornou-se um direito reconhecido de todo cidadão (...) e um valor ético garantidor de uma vida pública saudável. E mais, tornou-se sinônimo da garantia de uma sociedade justa e democrática” (p. 12). O autor também identifica a liberdade de expressão como peça fundamental para o exercício democrático, porém a Internet favorece o anonimato, a postagem rápida e superficial, o compartilhamento e a radicalização. É a partir daí que surge a facilidade para a propagação de comentários violentos e ofensivos, com a certeza da impunidade ou, no mínimo, da demora e dificuldade em atribuir culpados no universo online.

² Em português, meio social.

As redes sociais digitais, criadas a partir dos atores e suas conexões (Recuerdo, 2013), dentro ou fora da Internet, amplificam a propagação de discursos de ódio, sob a lógica da liberdade de expressão irrestrita. Para Cardoso, Zago e Silva (2019), “o discurso de ódio ultrapassa os limites do bom senso” (p. 2), portanto tipificá-lo como crime não seria um cerceamento da liberdade de expressão. Brugger interpreta discurso de ódio como aquele que tem a capacidade de instigar violência, ódio e discriminação contra pessoas devido a características pessoais, como etnia, religião e gênero.

As limitações à livre manifestação de pensamento são, portanto, o exercício das garantias individuais com respaldo à dignidade da pessoa humana, tendo em vista que, embora a liberdade de expressão seja um direito disponível, há que se preocupar com o sujeito que recebe o discurso de ódio, haja vista a possibilidade de acarretar prejuízos ao âmbito moral ou material (Brugger em Cardoso, Zago & Silva, 2019, pp. 2 y 3).

Para Amaral e Coimbra (2015), o que fomenta esse tipo de manifestação é o capital social, “visibilidade, popularidade, reputação e influência (...) contribuem para o surgimento de *haters*” (p. 300). Esses odiadores, por sua vez, muitas vezes se escondem no anonimato de perfis falsos para ampliarem sua rede de ódio, criando um sujeito virtual diferente de sua verdadeira identidade, mas que exprime opiniões que correspondem aos seus sentimentos e que se encontra com semelhantes no ambiente online (Cardoso, Zago & Silva, 2019).

Braga (2018) defende “a tolerância com qualquer tipo de discurso em âmbito político, mesmo que esse discurso seja odioso”. Já Freitas e Castro (2013) sustentam que “o discurso do ódio, na medida em que tende a inviabilizar o caráter comunicativo da Liberdade de Expressão, não pode ser aceito” (pp. 345 y 346), pois contraria princípios democráticos. A partir dessa segunda visão, o presente trabalho analisa e questiona os dados encontrados.

A violência de gênero aufere espaço na Internet por meio do discurso de ódio, entre outros fatores. O Relatório de Violência de Gênero da Organização dos Estados Americanos (ONU), identificou que uma das maiores dificuldades para enfrentar esse problema é fazer com que ele seja reconhecido como um. A banalização da violência online, a culpabilização da vítima e a minimização da gravidade da violência psicológica, afetam as vidas online e offline das mulheres, uma vez que tais atos não se restringem ao espaço virtual (Coding Rights & Internetlab, 2017). No desdobrar deste trabalho, será possível perceber que nem mesmo autoridades políticas, como as deputadas federais eleitas, estão livres de receber ataques dessa natureza.

2.3. Questões de Gênero

A definição de *gênero*, segundo Scott (1995), trata sobre “o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (p. 72). Já para Carlotto (2001) a

existência de gênero é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. Isso facilitaria as relações de poder, baseadas em um sistema hierárquico, em que homens e mulheres refletem as concepções internalizadas a respeito de seu gênero.

Quando se fala em papéis de *gênero*, Oliveira e Amâncio (2002) questionam as representações e espaços assimétricos na atribuição desses papéis. Para eles, o poder normativo do papel sexual, como demonstra Amâncio (1994) numa investigação sobre papéis sexuais em contexto organizacional, só constrange o grupo dominado, as mulheres, tendo em conta que ao homem se lhe oferecem recursos simbólicos que derivam quer da sua multiplicidade de papéis, quer do estatuto (usualmente elevado) associados a esses mesmos papéis (Oliveira & Amâncio, 2002). Os autores notam, que a sociologia e a psicologia social caminham para a conclusão de que

para os homens, existe uma multiplicidade de papéis, o que sugere uma certa plasticidade nos comportamentos masculinos e nas representações sociais do que significa ser homem, enquanto para as mulheres este universo é restrito. O ser mulher é socialmente pensado por forma a direcionar todos os comportamentos para uma única esfera de atividade, a esfera privada, a família (Oliveira & Amâncio, 2002, p. 48).

O que estabelecem as relações de poder, baseadas em um sistema hierárquico, segundo Carloto (2001), seriam as relações de gênero, pois estas “refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres”. A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência.

Uma das posturas esperadas das mulheres é a de mansidão e calma, pois a cultura ocidental moldou as mulheres para encolherem suas raivas e não as demonstrar (Freire Filho, 2013). Outro padrão comportamental esperado relaciona-se com a sexualidade, no caso, com o julgamento sobre os corpos femininos que não devem desviar dos padrões morais. Freire Filho (2013), em seu estudo sobre antifãs, constatou que “as artistas que alegadamente se afastam deste modelo de conduta [recato feminino] são tachadas de ‘vacas’, ‘piranhas’, ‘vadias’ ou ‘putas’” (p.16).

Essa diferenciação entre feminino e masculino também impacta a escolha da profissão por parte de homens e mulheres. Ao longo da história, as mulheres foram designadas a cuidar de casa e da família, a função biológica de gerar não tinha valor produtivo, portanto, a mulher não devia estar no espaço público (Figueiredo & Diniz, 2018).

A categorização única de papéis de gênero e expectativas singulares de performances de identidade incomodam também Buttler (2003). Para ela, “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por

ele restrito” (p. 24). Sob essa perspectiva, é possível depreender que as “questões de gênero”, não se restringem ao sexo biológico, também acolhem aqueles que performam suas identidades diferentemente do que é “naturalmente” esperado.

Segundo o Fórum Econômico Mundial (Presse, 2019), o Brasil deve levar ainda 59 anos para atingir a igualdade entre homens e mulheres no trabalho. Suelma Rosa, vice-presidente do IRELGOV, e Gisele Agnelli, membro do coletivo Vote Nelas, entendem que as “questões estruturais, psicológicas e culturais determinam a participação feminina na política”. Para elas, a ocupação desse espaço pode ser incentivada por meio da aplicação de ações afirmativas (IRELGOV, 2020, p. 21).

A violência política e eleitoral no Brasil é alvo de pesquisas, sendo que, em 2019, um caso foi registrado a cada três dias no país (Freire, 2020). As principais vítimas são as mulheres, em especial, negras, por meio do discurso de ódio e desinformação. Esse tipo de violência contra minorias é um ataque direto à democracia, uma vez que mina também a legitimidade de instituições e a participação social ativa.

3. MÉTODO

Para tentar compreender o objeto, foram adotadas duas metodologias de pesquisa: a bibliográfica e a documental, sendo essa última para análise de conteúdo das postagens e comentários. A pesquisa bibliográfica, por ser a etapa inicial de um estudo acadêmico tem como objetivo identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (Stumpf, 2017).

Quanto à revisão bibliográfica, essa foi utilizada para o embasamento teórico dos achados e contextualização histórica dos fenômenos envolvendo o uso da plataforma por políticos e eleitores, parte fundamental da pesquisa que possibilita a ampliação dos horizontes do tema. Neste trabalho, foram utilizadas as seguintes referências para base teórica: redes sociais digitais nas estratégias de comunicação política por Matos, Dourado e Mesquita (2017), as dinâmicas em redes sociais, definidas por Recuero (2013), como políticos usam o Twitter, de Aggio (2015), a relação dos eleitores dentro das mídias para a democracia, conceituado por Martins e Holzbach (2011), a definição de *liberdade de expressão*, por Costa (2019), a perspectiva de Braga (2018) sobre a definição de *discurso de ódio*, a motivação dos discursos de ódio, por Amaral e Coimbra (2015), e os limites democráticos entre discurso de ódio e liberdade de expressão, de Freitas e Castro (2013) e Cardoso, Zago e Silva (2019).

No que tange às questões de gênero, o trabalho se fundamenta nas conceituações de Scott (1995) e Figueiredo e Diniz (2018) sobre gênero, na relação

hierárquica entre masculino e feminino, apontada por Carlotto (2001), nas expectativas acerca dos papéis de gênero, segundo Freire Filho (2013), Oliveira e Amâncio (2002), e na ampliação do conceito de gênero para além do sexo biológico, de Butler (2003). A partir disso foi possível identificar conceitos-chave, como o que é o discurso de ódio, como é a relação dos políticos com o Twitter e como os eleitores usam essa plataforma.

Para organização da análise, houve a categorização das postagens, previamente selecionadas. Dentro do recorte de outubro de 2018 a setembro de 2020, as publicações foram separadas e posteriormente escolhidas como objeto de estudo. Os comentários públicos das postagens selecionadas foram contabilizados e analisados individualmente. De acordo com Bardin (2016) essa técnica “é uma operação de classificação dos elementos de um conjunto por diferenciação e em seguida por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos” (p. 147). As categorias criadas para as postagens foram: Eleições, Lula, Contra o Governo, Apoio ao Governo, Lava Jato, Promoção política e Defesa pessoal. Elas surgiram após a identificação dos principais assuntos abordados nas publicações e quais eram mais recorrentes, algumas categorias, surgiram após a seleção do material, pois certas postagens possuíam um tema mais específico do que as primeiras categorias sugerem. Os comentários também foram classificados, dessa vez, como favoráveis (para os que têm afinidade com a publicação ou deputada), desfavoráveis (aqueles que divergem da publicação ou da deputada) e fora de contexto (os comentários que não têm relação direta com o conteúdo publicado ou não deixam claro seu posicionamento a respeito da deputada). Com isso, foram criados quadros resumos para melhor identificação das análises dos comentários.

4. ANÁLISE: ENFRENTAMENTO

O objeto de análise deste trabalho é a afinidade ou a discrepância dos comentários presentes nas publicações das deputadas Gleisi Hoffmann (PT) e Joice Hasselmann (PSL). Primeiramente, é essencial entender quem são as deputadas, suas trajetórias até serem eleitas em 2018 e como elas se comportam em seus perfis no Twitter.

É importante ressaltar que, em 2018, seus partidos protagonizaram a disputa presidencial, de um lado, com Fernando Haddad, pelo PT e, do outro, com Jair Bolsonaro pelo PSL. A polarização da corrida eleitoral também refletiu no uso das redes sociais digitais e nos comentários sobre política. Com isso, temos um panorama de quem são as pessoas que vão se manifestar positiva e negativamente nas publicações das deputadas, possivelmente, apoiadores e opositores das legendas e posicionamentos de cada partido, respectivamente.

4.1. Perfis das deputadas

Gleisi Hoffmann nasceu em 1965, em Curitiba, Paraná. Começou sua trajetória na militância em 1984, como dirigente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas em Curitiba e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). É graduada em Direito e possui MBA em Gestão de Organizações Públicas e especialização em Administração Financeira. Foi assessora parlamentar na Câmara de Curitiba, em 1988, e, em 1989, filiou-se ao PT. Em 1999, foi secretária de reestruturação administrativa no Mato Grosso do Sul e em 2001 assumiu a Secretaria de Gestão Pública da prefeitura de Londrina. Em 2002, com Dilma Rousseff, fez parte da equipe de transição do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva. Durante esse mandato, atuou como diretora financeira da Itaipu Binacional. Em 2008 e 2009, foi presidente do Diretório Estadual do PT no Paraná e, em 2010, assumiu seu primeiro mandato como senadora, sendo a primeira senadora eleita pelo Paraná. Em 2011, tornou-se chefe da Casa Civil, mas retornou ao seu mandato de senadora em 2014. Em 2017, foi eleita líder dos senadores da legenda pela bancada do PT e também presidente do partido. Atualmente, é deputada federal pelo PT, eleita em 2018 (Hoffmann, 2020). No Twitter, a deputada Hoffmann costuma tratar os assuntos de seu partido, como propostas políticas, eventos e posicionamentos, assim como as campanhas de Lula Livre, da qual é líder. Além disso, é crítica do atual governo e de tudo relacionado à Operação Lava Jato, sempre realizando comentários sobre os temas que estão em alta. De 2018 a 2020, sua linguagem, posicionamento e editorias de conteúdo pouco sofreram alterações.

Joice Hasselmann nasceu em 1978, em Ponta Grossa, Paraná. Formada em Jornalismo, começou trabalhando como repórter nas rádios e programas de televisão locais. Além de jornalista, Joice também é autora da biografia *Sérgio Moro: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil*, de 2016, e do livro, de 2017, *Delatores: a ascensão e a queda dos investigados na Lava Jato*. Em 2017, foi uma das âncoras do programa *Os Pingos nos Is*, da Jovem Pan FM (Redação JP, 2017). Joice se filiou ao PSL em 2018 e, no mesmo ano, concorreu ao cargo de deputada federal pelo Estado de São Paulo. Foi eleita, tornando-se a mulher mais bem votada para a Câmara dos Deputados. No início do mandato, Joice estava bastante alinhada com o governo federal, sendo líder dele, no Congresso Nacional, de fevereiro a outubro de 2019. Após isso, atuou como vice-líder do governo e líder do PSL até junho de 2020. Nesse mesmo ano, concorreu à prefeitura de São Paulo, pelo PSL, porém não obteve votos o suficiente para ir ao segundo turno das eleições municipais (Fuks, 2020). A deputada Hasselmann demonstra ser participativa nas redes sociais, talvez por seu histórico como comunicadora. Seu canal no Youtube, criado em 2016, possui mais de 1 milhão de inscritos. No Twitter, suas publicações são diversas, mas sempre defendeu a Operação Lava Jato e o ex-juíz Sérgio Moro. Também costuma rebater notícias e figuras públicas, principalmente quando envolve seu nome ou seu trabalho.

Quanto ao governo, até outubro de 2019, Hasselmann mantinha um discurso aliado a Bolsonaro, porém, desde o rompimento com o presidente, tem manifestado críticas ao trabalho executado pelo governo federal. Desde sua candidatura à prefeita de São Paulo, suas publicações foram concentradas em sua autopromoção como candidata e em críticas a seus adversários nas eleições.

4.2. As postagens

Retomando o objetivo inicial, foram elencadas 24 postagens, sendo 12 para cada deputada, e 2.866 respostas aos tweets, para analisar quais temas geram mais comentários ofensivos. Neste artigo, foram emergidos os principais conteúdos e comentários, deixando os dados gerais da amostra nas tabelas. Os comentários foram separados em três classificações: *favoráveis*, *desfavoráveis* e *fora de contexto*, sendo considerados favoráveis aqueles que demonstram apoio ou estão em concordância com a publicação. Já os comentários fora de contexto são aqueles que fogem do assunto retratado ou não demonstram posição clara, seja favorável ou contrária, como conversas paralelas entre outros usuários. E, por fim, os comentários desfavoráveis foram aqueles que divergem completamente ao assunto retratado, com críticas à autora da publicação e ao conteúdo publicado.

Os comentários que trazem questões de gênero foram analisados de forma independente da classificação. Conforme ressaltado, nesta análise, são consideradas como questão de gênero as publicações que contenham ofensas relacionadas à aparência física, à sexualidade, à atribuição de papéis relacionados ao gênero e expressões que tentam desqualificar o gênero com uso de palavras de baixo calão. Retomando à definição de Brugger sobre discurso de ódio, são comentários que, de alguma forma, desqualificam e incitam o ódio e a discriminação contra mulheres.

4.2.1. Gleisi Hoffmann

O segundo turno das eleições em 2018 contou com ampla movimentação no Twitter da deputada Gleisi Hoffmann. No tweet do dia 26 de outubro (Figura 1), a deputada publicou uma matéria criticando Bolsonaro e recebeu por isso 21 respostas favoráveis, 35 fora de contexto e 139 desfavoráveis, das 195 analisadas.

Nos comentários (Figura 2), os usuários questionaram a fonte da chamada publicada por Hoffmann, além de acusarem a então senadora de bandida. Os comentários insinuam que a parlamentar está mentindo sobre a informação, que ela roubou enquanto política e também o seu partido.

Apesar de ser denominada de “bandida travestida de senadora”, (conforme linha três da Figura 2), esse tipo de manifestação é comum na política e não pode ser entendido como um ataque a sua posição por ser mulher.

coincidentemente, véspera de um turno das eleições. Dos 206 comentários analisados, 26 continham questões de gênero, ofendendo a deputada Hoffmann, sem nenhuma relação com seu cargo político. A expressão “vai te lascar bruxa” pode ser considerada incitação à violência contra a deputada, enquanto denominá-la de “marmita de presidiário” a diminui enquanto mulher e a objetiva como algo a ser comido. “Cretina”, “escrota” e “narizinho” são outros termos que aparecem nos comentários que incitam ódio contra a deputada e a desqualificam. A Figura 4, a seguir, apresenta um compilado desses termos.

Figura 5. Tweet de Gleisi Hoffmann sobre ações do congresso contra o governo



Fonte: Captura de imagem própria.

Figura 6. Respostas do tweet da deputada Gleisi Hoffmann (Figura 5)



Fonte: Captura de imagem própria.

Ao falar sobre as ações do Congresso no combate às *fake news* e criticar a campanha de Bolsonaro em 2018 (Figura 5), a deputada Hoffmann também recebeu comentários desfavoráveis. Foram 69 respostas nesse sentido sobre o posicionamento e apenas 19 a favor.

Na publicação (Figura 5), a deputada Hoffmann reforça que as investigações do Congresso são referentes à campanha de Bolsonaro, mas nos comentários foram várias manifestações em defesa do atual presidente, respondendo que “o poste” (referência à estatura de Fernando Haddad), candidato à presidência em 2018 pelo PT, foi quem sofreu sanções relacionadas às fake news na época da eleição.

Na Figura 6, é possível ver que em um dos comentários, o usuário diz que a deputada é “doida de pedra” por manifestar-se assim. Novamente, seu posicionamento é desqualificado por aqueles que discordam dela.

Em setembro de 2020, a deputada Hoffmann publicou um vídeo sobre o aumento dos preços durante a pandemia em seu Twitter (Figura 7), criticando mais uma vez o governo federal.

Figura 7. Vídeo sobre o aumento dos preços durante a pandemia



Fonte: Captura de imagem própria.

Figura 8. Respostas ao tweet da deputada Gleisi Hoffmann (Figura 7)



Fonte: Captura de imagem própria.

Para essa publicação (Figura 7), foram 126 comentários desfavoráveis e apenas 16 favoráveis, em 188 comentários. O tweet também gerou 23 manifestações com questões de gênero, algumas podem ser observadas na Figura 8. Na maioria, os usuários culpavam “a esquerda” pelo aumento no preço dos alimentos, devido o discurso de “fique em casa” utilizado para tentar conter o avanço do contágio do coronavírus. “Loira mal caráter [sic]” e “amante” foram os termos utilizados por um dos usuários para fazer referência à deputada, ignorando seu cargo político e diminuindo sua posição.

No tweet para divulgar as propostas políticas do PT para as eleições de 2020 (Figura 9), a deputada Hoffmann recebeu 96 comentários desfavoráveis e apenas 5 a favor, em 122 analisados. Respondendo à pergunta da imagem, 54 comentários diziam “não”.

Um comentário (Figura 10) chamou atenção, pois desviou o foco da publicação, respondendo com a colagem de diversas pessoas fazendo um mesmo gesto manual. Na imagem, estão presentes políticos ligados ao PT e criminosos em contextos diferentes, mas colocados como se fossem associados. A deputada Hoffmann é uma das Figuras que aparece na colagem, dando a entender que ela também é bandida. Segundo o portal Congresso em Foco (Freire, 12 de novembro, 2020), promover desinformação também é uma forma de violência política e, neste caso, contra a então senadora e candidata a deputada federal.

Figura 9. Tweet da deputada Gleisi Hoffmann promovendo seu partido



Fonte: Captura de imagem própria.

Figura 10. Resposta ao tweet da deputada Gleisi Hoffmann (Figura 9) associando um gesto manual feito por políticos do PT a criminosos

Fonte: Captura de imagem própria.

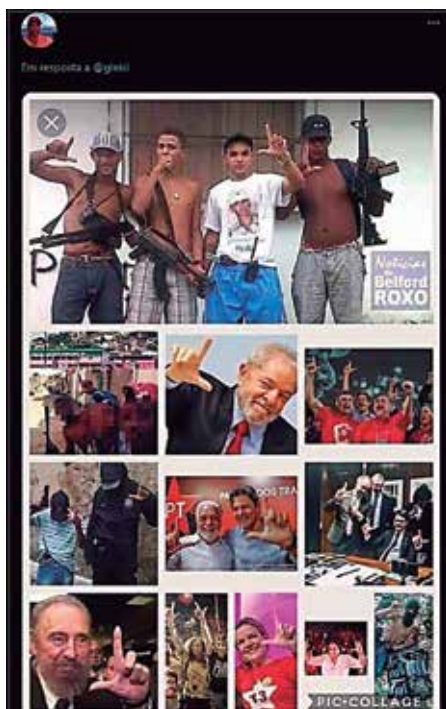


Figura 11. Tweet da deputada Joice Hasselmann em apoio a Bolsonaro contra Lula



Fonte: Captura de imagem própria.

4.2.2. Joice Hasselmann

A Figura 11 entra na categoria de apoio ao governo Bolsonaro, na época ainda candidato. Dos 26 comentários analisados na publicação, 15 eram favoráveis e apenas um não.

Na publicação em questão, o único comentário contendo ofensa relacionada a gênero não trazia referência à deputada Hasselmann. Nele, o autor se refere à deputada Hoffmann como “amante”. Esse termo foi bastante recorrente nos comentários, sendo uma forma de minimizar o papel da deputada na política e insinuar que sua relação com o ex-presidente tem um caráter sexual (Figura 12).

Figura 12. Resposta à publicação da deputada Joice Hasselmann (Figura 11) fazendo referência à deputada Gleisi Hoffmann



Fonte: Captura de imagem própria.

Em outubro de 2018, véspera do segundo turno das eleições, o Intercept Brasil publicou uma matéria chamando a deputada Hasselmann de “Bolsonaro de saias”. Essa expressão menospreza sua figura política, colocando-a em uma posição de cópia do então candidato à presidência. Isso rendeu dois *retweets* comentados pela deputada. No primeiro, ela se defendeu das acusações e criticou o jornalista Glenn Greenwald, recebendo 25 comentários favoráveis ao seu posicionamento e 6 contrários. Nesses, um dos comentários continha uma expressão homofóbica, atacando o jornalista. Mais um tipo de discurso de ódio direcionado a uma minoria que discrimina um grupo de pessoas e tenta desqualificar o trabalho do Greenwald (Figura 13).

Figura 13. Resposta homofóbica no tweet da deputada Joice Hasselmann, em tradução livre seria: é o famoso queima rosca



Fonte: Captura de imagem própria.

No segundo retweet sobre a mesma publicação do Intercept Brasil (Figura 14), ela já se posiciona defendendo o título de “Bolsonaro de saias”, promovendo-se como essa figura aliada. Nessa postagem, foram 121 comentários favoráveis e 5 envolvendo questões de gênero.

Mesmo com muitas manifestações favoráveis, também houve comentários críticos e carregados de ofensas. As ofensas relacionadas ao seu caráter as intitulavam de boateira, desqualificada, mentirosa e mitomaniaca. Alguns dos comentários também questionaram sua sanidade mental, contendo termos como “louca” e “esquizofrênica”. Um dos usuários escreve “vai se tratar, suína”, indicando que a deputada tem algum problema e também direcionando uma ofensa a sua aparência física. A Figura 15 contém um compilado desses tweets negativos.

Figura 14. Tweet da deputada Joice Hasselmann, sobre mesmo tweet do Intercept Brasil, porém defendendo o presidente Bolsonaro e se autopromovendo



Fonte: Captura de imagem própria.

Figura 15. Compilado de respostas ao tweet da deputada Joice Hasselmann (Figura 14) que continham ofensas de gênero



Fonte: Captura de imagem própria.

Em 2019, a deputada Hasselmann era líder do governo na Câmara dos Deputados e já tinha o interesse na candidatura à prefeitura de São Paulo. A boa relação com os eleitores e com o governo durou até outubro, quando houve o rompimento definitivo e os comentários começaram a ser mais críticos com a postura da deputada. Em suas redes, seu posicionamento continuava firme contra oponentes e seus apoiadores endossavam esse comportamento. Na Figura 16, temos um tweet de autopromoção de Hasselmann e seus feitos, com um tom de ataque a seus opositores.

As manifestações na publicação (Figura 16) começaram a demonstrar insatisfação. Dos 63 comentários analisados (Figura 17), 22 eram descontextualizados na conversa e 28 desfavoráveis. O primeiro comentário já é um ataque a sua formação como jornalista, segundo o usuário a deputada usa “clichês demais” e deveria ir “trabalhar”. Outro comentário diz que a deputada Hasselmann não “deu certo” como jornalista porque lhe falta ética, mas ser uma política “desse jeito” faz o “tipo dela”. Por fazer um tweet em que se promove frente à oposição, a deputada foi considerada petulante e arrogante. Como dito por Figueiredo e Diniz (2018), o espaço da mulher não é o público, portanto, a deputada estar nas mídias sociais digitais mencionando o que realiza quanto política não é visto como trabalho. Assim como atacar seus adversários em uma corrida eleitoral não condiz com o papel de mansidão designado à figura feminina (Freire Filho, 2013).

Em 25 de setembro de 2019, houve uma publicação, do jornalista Guilherme Caetano, sobre a possível candidatura de Joice à prefeitura de São Paulo. A parlamentar respondeu à matéria, promovendo seu apoio político e defendendo que o cargo seria uma escolha do próprio partido, não dela, em dois tweets diferentes. Seus apoiadores, no entanto, já não estavam mais contentes com sua

Figura 16. Tweet da deputada Joice Hasselmann de autopromoção



Fonte: Captura de imagem própria.

Figura 17. Respostas ao tweet da deputada Joice Hasselmann (Figura 16) com críticas à sua figura

Fonte: Captura de imagem própria.



atuação como deputada, nem com a possibilidade de abandono do mandato para a prefeitura. Para o primeiro *tweet* (Figura 18), foram 155 manifestações desfavoráveis (Figura 19) e apenas 8 a favor. Já na segunda resposta da deputada Hasselmann ao jornalista Guilherme Caetano, todos os 5 comentários criticaram sua escolha e fidelidade, mas sem ofensas de gênero. A maioria se demonstrou insatisfeita com o trabalho da deputada em seu primeiro mandato, também afirmaram que o nome Joice Hasselmann não seria a melhor escolha para a prefeitura de São Paulo, por ser uma possível traidora do governo federal.

Como é possível verificar, os usuários discordaram da postura política da deputada sem desqualificá-la em função do seu gênero (Figura 19). Ao mesmo tempo, muitos reforçaram que a deputada estava perdendo sua força política, pois seus eleitores “se arrependeram do voto”. Houve uma comparação com outra política brasileira, Carla Zambelli, também do PSL, insinuando que ela venceria uma disputa direta contra a deputada Hasselmann.

A deputada Hasselmann saiu da liderança do governo, em outubro de 2019, e se lançou como prefeita pelo PSL em agosto de 2020. Desde então, tem se posicionado contra o governo e todos os membros da família Bolsonaro, como pode ser observado na Figura 20.

No tweet em que a deputada Hasselmann critica o uso do perfil oficial da Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo (SECOM) no Twitter (Figura 20), em 208 comentários analisados, apenas 20 foram favoráveis enquanto 111 demonstraram divergências sobre seu posicionamento. Também foram encontradas 63 manifestações com ofensas de gênero, principalmente chamando a deputada de “Peppa”, em referência à personagem de desenho animado, que é uma porca criança, “Peppa Pig”, conforme mostra a Figura 21.

Figura 18. Publicação da deputada Joice Hasselmann em resposta à matéria de Guilherme Caetano



Fonte: Elaboração própria.

Figura 19. Respostas ao tweet da deputada Joice Hasselmann (Figura 18) sobre sua possível candidatura à prefeitura de São Paulo



Fonte: Elaboração própria.

Nessa relação, há uma tentativa de desumanizar à deputada, objetificando-a como um animal, em referência a sua aparência, instigando o ódio devido a uma característica física. A maior parte dos comentários abordavam outras questões envolvendo a deputada, poucos se atinham ao que ela publicou.

A aparência física da deputada é constantemente questionada, em um dos comentários, o usuário diz que “a cirurgia de emagrecimento” ressaltou a “me-gera” que ela é (Linha 3 - Figura 21). Um dos comentários com discurso de ódio incita a violência ao dizer que “traíras são exterminados” e já que ela não apoia mais o governo federal, ela é uma traidora. Para alguns, a deputada está fazendo um “showzinho” e, por ter emagrecido, vai “se achar e postar fotinho sexy [sic]”. A referência ao seu emagrecimento e suposta cirurgia para isso não tem relação com sua política, mas se tornaram públicos apenas pelo fato dela ser uma figura política.

4.3. Resultados

Dentro deste estudo, foram analisadas individualmente 24 publicações, entre 2018 e 2020, das deputadas Hoffmann e Hasselman, 12 para cada perfil. Esse montante rendeu 2.886 respostas públicas às publicações. As postagens foram separadas em categorias gerais e destas pode-se extrair quais produziram mais conteúdos desfavoráveis e os mais ofensivos levantando questões de gênero. Ou seja, quais temáticas levam a mais manifestações com discurso de ódio contra as deputadas. Assim, chegamos a 10 publicações que apresentaram as principais convergências e divergências, afinidades e discrepâncias entre

Figura 20. Tweet da deputada Joice Hasselmann criticando a Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo, no dia 05 de setembro de 2020



Fonte: Elaboração própria.

Figura 21. Respostas ao tweet da deputada Joice Hasselmann (Figura 20)



Fonte: Elaboração própria.

conteúdo e comentário, elencando 5 para cada deputada, e 1.465 manifestações de eleitores e demais usuários do Twitter. Essas informações estão descritas nos quadros resumos, conforme Tabela 1 e Tabela 2, a seguir.

Tabela 1. Quadro resumo dos comentários por categoria de postagem

Deputada	Categoria da postagem	Total de comentários negativos	Total de comentários com questões de gênero
Gleisi Hoffmann	Eleições	139	19
Gleisi Hoffmann	Lula	146	8
Gleisi Hoffmann	Contra o governo	69	10
Gleisi Hoffmann	Contra o governo	126	23
Gleisi Hoffmann	Promoção política	96	3
Joice Hasselmann	Apoio ao governo	1	1
Joice Hasselmann	Defesa pessoal	6	1
Joice Hasselmann	Promoção política	16	5
Joice Hasselmann	Promoção política	33	1
Joice Hasselmann	Contra o governo	111	63

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor visualização da amostragem desses comentários, em dados gerais nas 12 publicações, cada deputada teve, em números, conforme Tabela 2. É possível observar, condensando esses dados, que dos 819 comentários em publicações da deputada Hoffmann, aproximadamente 7,69% levantavam alguma

questão de gênero. Para a deputada Hasselmann, as manifestações desse tipo representaram 10,99% dos 646 comentários analisados.

Tabela 2. Quadro resumo dos comentários recebidos pelas deputadas

Deputada	Comentários positivos	Comentários neutros	Comentários negativos	Comentários com questões de gênero
Gleisi Hoffmann	68	175	576	63
Joice Hasselmann	316	163	167	71

Fonte: Elaboração própria.

O discurso de ódio tem o objetivo de discriminar e incitar violência contra determinado grupo. As deputadas, em conjunto, receberam 134 manifestações desse tipo que reforçam violência política em função de gênero. Os autores Cardoso, Zago e Silva (2019) enxergam como maior prejuízo para as vítimas desse tipo de ataque a perda da moral. Fato que também pode ser comprovado por comentários ameaçando a não reeleição das parlamentares. Insultar as deputadas de “amante”, “louca” e “esquizofrênica” significa desqualificá-las quanto sua função, insinuando que elas não deveriam ter o cargo que ocupam, mesmo tendo sido eleitas democraticamente. Para Freire e Filho (2013), as violências em função de gênero acontecem a partir da quebra de expectativa. No ambiente político, isso pode significar perda de apoiadores e base eleitoral, com riscos de perder o apoio do partido e chances de reeleição. No contexto brasileiro, demonstra como as deputadas são constantemente desrespeitadas no exercício de suas liberdades de expressão ao se posicionarem de acordo com o que acreditam e defendem. Na amostra, os comentários com questão de gênero, relacionavam-se à moralidade, à aparência física e ao posicionamento das deputadas, fugindo do debate de causas e atingindo critérios pessoais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As postagens escolhidas se encaixaram em sete categorias pré-definidas para análise. Para a deputada Hoffmann, as postagens sobre o ex-presidente Lula, ou que faziam menção a ele, foram as que mais propiciaram comentários negativos. Do outro lado, o posicionamento contrário ao atual governo da deputada Hasselmann proporcionou mais manifestações desfavoráveis para a parlamentar. Em ambos os casos, os tweets contra o governo foram os que mais levantaram questões de gênero, envolvendo ataques com expressões para diminuir o papel da mulher.

É possível observar também que cada deputada recebeu comentários discrepantes muito particulares a sua posição política, mas que muitas vezes não

tinham relação com o conteúdo que elas haviam publicado. A deputada Hoffmann foi massivamente chamada de “amante”, essa foi a principal questão de gênero levantada, porém não a única. Esse tipo de insinuação, sobre uma possível relação extraconjugal com o ex-presidente Lula, está compartilhada com o papel esperado da “mulher de família” (Amâncio, 1994) e a exigência de que a moral feminina seja impecável e mantenha-se longe da sexualidade (Freire Filho, 2013). Também a insultaram de “louca”, “vagabunda” e “narizinho”, esse último insinuando uma possível rinoplastia feita pela deputada. Esse tipo de ofensa tem a intenção de menosprezar a deputada e desqualificá-la de seu posto, inclusive por suas escolhas estéticas (no caso, da rinoplastia). No entanto, nem todas as manifestações negativas eram sobre ela, em muitas, os comentários eram insultos ao PT e em menção ao ex-presidente Lula.

Já a deputada Hasselmann começou sendo muito amada e defendida pelos usuários do Twitter que interagiam com suas publicações, valendo considerar que foi a deputada mais votada em 2018, demonstrando força política dentro e fora das redes. Porém, conforme sua relação com o governo mudou, os comentários também mudaram. “Traíra” e “aproveitadora” foram alguns dos termos que marcaram essa transição entre apoio e oposição ao governo federal. Do mesmo modo, surgiram as ofensas de gênero, majoritariamente, relacionadas a sua aparência física e animalizando a deputada, como: “Peppa”, “porca” e “vaca”, palavras retiradas dos recortes feitos nessa pesquisa. Esse tipo de objetificação, é uma forma de violência psicológica, pois seu corpo é constantemente julgado, nem mesmo após o emagrecimento, a deputada deixou de ser alvo de comentários que faziam referência ao seu físico.

À luz da bibliografia, foi possível identificar que o discurso de ódio tem como objetivo humilhar e desqualificar o outro. Em relação às mulheres, os autores veem que as performances de gênero que fogem da norma “bela, recatada e do lar” são alvos para ataques desse tipo, entretanto, as críticas quase sempre fogem das ações políticas e se direcionam às ofensas pessoais, demonstrando discrepância direta daquilo que elas estão falando ou propondo debate. Os ataques às deputadas não podem ser apenas considerados como críticas políticas, comuns à democracia, pois são violências políticas em função do gênero.

As deputadas Gleisi Hoffmann e Joice Hasselmann protagonizaram momentos distintos em relação aos comentários em suas postagens, mas ambas tiveram suas publicações como alvos de usuários que não estavam abertos ao debate. Enquanto com a primeira sempre foi evidente a maior presença de manifestações negativas, com a segunda por muito tempo obteve mais apoio do que críticas em suas publicações. Apesar disso, a deputada Hasselmann foi quem recebeu mais comentários com ofensas de gênero e também os insultos mais agressivos. Não houve algum debate de propostas, quase alguma argumentação plausível à crítica que era feita. Ambas deputadas não responderam

a qualquer comentário da amostra, usaram suas contas no Twitter apenas para expressarem suas ações e seus posicionamentos políticos.

Os usuários aproveitaram o espaço para manifestar suas insatisfações, pessoais ou políticas, utilizando muitas vezes de agressividade, ironia e perguntas retóricas. Sendo assim, concluiu-se que o discurso de ódio, as questões de gênero e os comentários desfavoráveis pouco tinham a ver com as publicações originais, como foi questionado e demonstrado nesta pesquisa. Para a deputada Hoffmann, geralmente, as manifestações estavam atreladas às críticas ao seu partido, usando o vocativo “amante” para se referir a ela, novamente apresentando discordâncias com os conteúdos principais de suas publicações. Do outro lado, a deputada Hasselmann recebeu comentários mais direcionados a sua pessoa, sendo chamada de “Peppa”, uma ofensa à sua aparência física, e “traíra” pelo seu posicionamento de afastamento com o governo e sua candidatura à prefeitura de São Paulo. Porém, no começo da amostra, a parlamentar apresentava boa relação com o público que a respondia. A desarmonia com suas postagens surgiu em um momento em que seu posicionamento com o governo mudou.

Diferentemente da proposta dialógica das redes, sugerida por Aggio (2015) e Recuero (2013), os perfis das deputadas não são um espaço aberto para debate, pois, pelos comentários analisados, os demais usuários pouco têm interesse em construir um diálogo. Afinal, alguns usuários do Twitter tratam as deputadas, de forma raivosa e maldosa, independente do conteúdo por elas publicado. Esse tipo de comportamento não traz benefícios para a democracia, cidadania e nem para a evolução coletiva a respeito de debate das diferenças de opinião.

O público não é leitor passivo e precisa se manifestar nos comentários, é um direito, é um dever de ocupação desse espaço, mas esse emprego apenas para agressividade não contribui para a democracia e para a cidadania. Apenas comentários de apoio cego e afinidade com tudo que está sendo dito pelas deputadas também não trazem acréscimos à pluralidade democrática. O debate de ideias e a divergência de opiniões certamente promovem o crescimento da sociedade quando bem construídos.

É notável que ainda há muito a se estudar e discutir sobre o assunto, na tentativa de solucioná-lo. O ambiente político ainda é misógino e a Internet tem facilitado o discurso de ódio, escondido em perfis fakes, disfarçado de liberdade de expressão. Possivelmente, saber que a deputada não irá lhe responder, e que o que foi dito acaba ali, estimula que mais pessoas tenham esse tipo de comportamento.

O discurso de ódio não pode seguir ganhando espaço nos ambientes virtuais e presenciais, muito menos encontrando as mulheres (e outras minorias) como alvos fáceis, até mesmo para aquelas em posições de superioridade e poder político. Comentários, como os analisados, não podem ser endossados nem banalizados. Entender a raiz do problema, as motivações e os temas que despertam essas reações é a chave para encontrar e propor soluções para o fim

do discurso de ódio no Twitter e nas demais redes e transformar esses espaços como passíveis de debates e construções políticas democráticas.

REFERÊNCIAS

- Aggio, C. D. O. (2015). *Campanhas políticas e sites para redes sociais: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010*. Tese de Doutorado em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- Amaral, A. & Coimbra, M. (2015). Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #euñãomereçoserestuprada. *Contemporanea: comunicação e cultura*, 13(2), 294-310.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Braga, R. M. (2018). A indústria das fake news e o discurso de ódio. Em Pereira, R. V. (org.). *Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio* (pp. 203-220). Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático.
- Buttler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Câmara dos Deputados (2020). *Joice Hasselmann: biografia*. Recuperado de: <https://www.camara.leg.br/deputados/204546/biografia>
- Cardoso, S. C., Zago, C. & Silva, B. V. (2019). Discurso de ódio nas redes sociais. *JUS.com.br*. Recuperado de: <https://jus.com.br/artigos/71639/discurso-de-odio-nas-redes-sociais>
- Carloto, C. M. (2001). O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, 3(2). Recuperado de: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v3n2.htm>
- Coding Rights & Internetlab (2017). *Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher*. Recuperado de: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio_ViolenciaGenero_ONU.pdf
- Costa, C. (2019). Liberdade de expressão e campanhas eleitorais. Em Costa, C. & Blanco, P. (orgs.), *Liberdade de expressão e campanhas eleitorais: Brasil 2018* (pp. 10-41). São Paulo: ECA-USP.
- Departamento de Estado dos Estados Unidos (2012). *Uma assessoria de imprensa responsável na era digital*. Recuperado de: https://static.america.gov/uploads/sites/8/2016/06/A-Responsible-Press-Office-in-the-Digital-Age_Handbook-Series_Portuguese_508.pdf
- Duarte, J. & Barros, A. (2017). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.

- Figueiredo, M. G. D. & Diniz, G. R. S. (2018). Mulheres, casamento e carreira: um olhar soba perspectiva sistêmica feminista. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 100-119. Recuperado de: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/393/315>
- Freire Filho, J. (2013). *A comunicação passional dos fãs: expressões de amor e de ódio nas redes sociais*. São Paulo: INTERCOM.
- Freire, M. L. (12 de novembro, 2020). A violência política e o crescimento do discurso de ódio nas eleições. *Congresso em foco*. Recuperado de: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/a-violencia-politica-e-o-crescimento-do-discurso-de-odio-nas-eleicoes/>
- Freitas, R. S. & Castro, M. F. (2013). Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. *Revista Sequência*, 66, 327-355. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v34n66p327/25072>.
- Fuks, R. (2020). Joice Hasselmann. Jornalista e política brasileira. *Ebiografia*. Recuperado de: https://www.ebiografia.com/joice_hasselmann/
- Hoffmann, G. (2020). História de luta. *Gleisi Hoffmann*. Recuperado de: <https://gleisi.com.br/historia-de-luta/>.
- IRELGOV (2020). Na luta por mais mulheres na política. *Revista Diálogos*, 7(1).
- Martins, A. F. & Holzbach, A. (2011). O Eleitor tem a Força! Os Comentários dos Eleitores no Twitter e o Papel da Audiência nos Debates Presidenciais. Em Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, Brasil.
- Matos, E. O., Dourado, T. M. & Mesquita, P. (2017). @ dilmabr NO IMPEACHMENT: uma análise das estratégias de comunicação política de Dilma Rousseff no Twitter. *Comunicação & Sociedade*, 39(3), 61-77. Recuperado de: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/7830/6099>
- Oliveira, J. M. D. & Amâncio, L. (2002). Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 45-61. Recuperado de: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000300004&lng=pt&nrm=iso.
- ONU Mulheres. (2020). *Estudo conduzido pela PNUD e pela ONU Mulheres sobre direitos políticos das mulheres coloca o Brasil em 9º lugar entre 11 países da América Latina*. Recuperado de: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/>
- Presse, F. (2019). Desigualdade de gênero no trabalho só acabará daqui a 257 anos, aponta Fórum Econômico Mundial. *Globo.com*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/17/desigualdade-de-genero-no-trabalho-so-acabara-daqui-a-257-anos-aponta-forum-economico-mundial.ghtml>

- Recuero, R. (2013). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Redação JP (2017). Jovem Pan contrata jornalistas Joice Hasselmann e Felipe Moura Brasil para “Os Pingos nos Is”. *JP News*. Recuperado de: <https://jovempan.com.br/noticias/jovem-pan-contrata-jornalistas-joice-hasselmann-e-felipe-moura-brasil-para-os-pingos-nos.html>
- Rosseto, G., Carreira, R. & Almada, M. P. (2013). Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. *Revista Compolítica*, 3(2). Recuperado de: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/49/51>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view>
- Stumpf, I. R. C. (2017). Pesquisa Bibliográfica. Em Duarte, J. & Barros, A. (orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 48-63). São Paulo: Atlas.
- We Are Social (2020). *Global Digital in 2019*. Recuperado de: <https://datareportal.com/reports/digital-2019-global-digital-overview>

* Contribución: el 100% pertenece a las autoras.

* Nota: el Comité Editorial de la revista aprobó la publicación del artículo.



Artículo publicado en acceso abierto bajo la Licencia Creative Commons - Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

IDENTIFICACIÓN DE LAS AUTORAS

Delcia Maria de Mattos Vidal. Doutora em Comunicação e Sociedade, Universidade de Brasília (Brasil). Pós-Doutorado na área de Direito à Informação, Universidade do Minho (Portugal). Mestre em Comunicação, Universidade de Brasília. Professora, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Pesquisadora nas áreas de direito à informação, jornalismo e interesse público, branding, comunicação organizacional, marketing e mídias sociais.

Danielle Siqueira de Souza. Graduada em Comunicação Organizacional, Universidade de Brasília (Brasil). Pesquisadora nas áreas de comunicação, gênero e política.

